

Realizou-se, entre 29 de outubro e 16 de novembro do corrente ano, em Dubai, a Conferência Plenipotenciária da União Internacional de Telecomunicações (UIT). A conferência plenipotenciária é o órgão máximo da UIT e contou, este ano, com a participação de cerca de 2.800 delegados de 183 países.

2. Na ocasião, foram eleitos o Secretário-Geral da organização, bem como o vice Secretário-Geral e os diretores dos bureaux de Radiocomunicações, de Normalização e de Desenvolvimento. Para Secretário-Geral, foi reeleito Houlin Zhao (China) e o cargo de vice Secretário-Geral ficou com Malcolm Johnson (Reino Unido). O Diretor do Bureau de Radiocomunicações eleito foi Mario Maniewics (Uruguai), do Bureau de Normalização, Chaesub Lee (Coreia do Sul), e do Bureau de Desenvolvimento, Doreen Bogdan-Martin (EUA).

3. Foram igualmente eleitos os países a integrarem o Conselho da UIT. O Brasil foi eleito com 169 votos, tendo sido o país mais votado. Ademais, foi aprovado o plano estratégico e financeiro da UIT para o período 2020-2023.

4. A PP-18 tratou dos seguintes temas: estratégicos; legais e de políticas públicas; economia digital; banda larga e inclusão digital; novas tecnologias; governança da internet; e segurança cibernética. O Brasil apresentou individualmente 5 propostas de resolução nas áreas supracitadas, bem como foi responsável por outras 20 propostas que foram apresentadas como propostas interamericanas (IAP). Outras 31 IAPs tiveram apoio do Brasil.

5. A delegação brasileira presidiu e/ou liderou vários temas, entre eles: i) Res. 71: Plano Estratégico; ii) Res. 77: Calendário de eventos; iii) Res. 2: 6º Fórum Mundial de Políticas de Telecomunicações; iv) Res. 146: Regulamentos de Telecomunicações Internacionais; v) Res. 139: Inclusão Digital; vi) Res. 177: Conformidade e interoperabilidade; vii) Res. 188 e 189: Falsificação e roubo de celulares; viii) Res. 201: Aplicações TICs Audiências nas eleições; ix) Inteligência Artificial e x) OTTs.

6. No que se refere ao CWG-Internet, vários países apresentaram propostas de Resolução visando à adequação da agenda do Grupo e ao aperfeiçoamento de seus trabalhos. Percebe-se nessas propostas polarização entre, por um lado, visões tendentes a uma abertura completa do GT à participação multissetorial, e, por outro, visões orientadas a fechar o GT, de forma permanente, a essa participação. Ao final, foi aprovada emenda à resolução 102, que trata do GT, que o manteve restrito aos Estados. Ademais, foi decidido que o GT daria assistência aos países com questões referentes a nomes de domínio e endereços de IP.

7. Foram também aprovadas ou alteradas resoluções nas áreas de:

- I. segurança cibernética;
- II. OTTs;
- III. serviços financeiros digitais;
- IV. uso das TICs para inclusão financeira;

- V. banda larga e acessibilidade;
- VI. inclusão digital;
- VII. política de gênero;
- VIII. IoT;
- IX. cidades inteligentes e
- X. falsificação e roubo de celulares.

8. Apesar das extensas discussões, não se aprovou resolução sobre inteligência artificial.